

Linhas de Escuta no Território¹

Anita Vaz e Lucas Paolo Vilalta

Coletivo Margens Clínicas

1

O Coletivo Margens Clínicas, entre atendimentos clínicos no consultório, em grupos, estudos e outras formas de ativismos, vem buscando instrumentos que auxiliem na luta de resistência ao genocídio da população pobre, preta e periférica. Desde sua formação em 2012, orientamos nossas ações em função de pensar e problematizar a promoção da reparação psicológica de pessoas que estejam diretamente expostas às inúmeras violações praticadas pelos agentes do Estado e suas derivações. Entre lugares da clínica e da militância, nos questionamos e somos questionados pela dúvida que retorna a cada passo: é possível promover reparação psicológica àqueles que se encontram no alvo de uma violência política? Quais são os vetores e as linhas de força que legitimam e tornam possíveis, historicamente, a sustentação de realidades genocidas? Quais são os pontos dessa rede que precisamos habitar, e os lugares a reinventar, para desnaturalizar a violência política praticada e legitimada socialmente contra o jovem preto, pobre e da periferia? A escuta invariavelmente é ativa em todos os nossos espaços de atuação, sendo um desafio pensar como promovê-la, e desde que lugar nos colocar.

¹ Esse texto é resultado de discussões, reflexões e supervisões feitas durante o trabalho no projeto Cartografias da Memória, realizado por uma equipe que compunham também Anna Turriani, Isabela Lemos e Gabriela Urbano.

2

Fragmentos do projeto Cartografias da Memória – realizado durante o ano de 2014 e 2015. Foi um trabalho sobre habitar territórios. Sobre estarmos perdidos e precisarmos de mapas para nos encontrar. O cartografar exposto aqui, diz da tentativa de buscar reunir singularidades, memórias e histórias em folhas em branco, em espaços vazios, tendo como sentido a escuta dos entre cruzamentos dessas histórias. Histórias que dizem de histórias (re)partidas por uma cidade pensada para dar lucro, na qual um carro parece valer mais do que vidas marcadas pela pele negra. Assim nos lembrava uma jovem que trouxe para um dos nossos encontros uma charge-retrato do racismo, na qual um policial apontava didaticamente (com o cassetete do saber) a diferença entre o vândalo e o manifestante, caracterizada pela cor da pele.

3

As cidades estão em chamas. Como recorda Ítalo Calvino, em Cidades Invisíveis:

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e abrir espaço.

Chegamos na zona sul da cidade de São Paulo – região na qual se desenvolveu esse projeto- a partir de um comitê de moradores da região, hoje conhecido como Comitê Juventude e Resistência. Por meio desse grupo, viemos a conhecer e realizar parcerias com instituições que historicamente atuam na luta social pelo fortalecimento comunitário, apresentando-lhes a proposta da cartografia social a ser trabalhada com os jovens que frequentavam as instituições. Chegávamos aos encontros, convidando os jovens que vinham as atividades a mapear seus caminhos pelos lugares que frequentam. Através de consignas iniciais, disparávamos perguntas aos jovens propondo a representação de suas vivências: “como é o caminho de casa até a escola?; onde são os lugares que vocês gostam de ir?; que lugares pelos quais vocês passam

dão sensações desconfortáveis?; onde se encontram com amigos? que organismos, instituições públicas, privadas frequentam?; tem zonas verdes? tem lixo? como são as ruas?...”. Linhas de escuta se traçavam, outros afetos e histórias se desenhavam para nós (ou para um nós) .

4

A escuta emergiu nesse processo como um dispositivo no sentido que Deleuze atribui ao termo como um conjunto multilinear de objetos, enunciações, forças visíveis e invisíveis e sujeitos implicados em diferentes lugares:

Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de “trabalho em terreno”. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal.²

Nosso “trabalho em terreno” reuniu um conjunto de agires que nos levavam até os encontros de mapeamento iniciais dos quais se derivaram diferentes linhas de ação. A escuta era o que tecia a articulação entre esses diferentes espaços, reunindo tanto narrativas, histórias e notícias que chegavam do território, como também a escuta do nosso processo de trabalho, das nossas implicações e relações durante o trabalho. A escuta e o tecer linhas, cartografar os territórios individuais que, logo, tornavam-se coletivos; cartografar os traços físicos, gestuais, culturais, uma “origem”, que surgindo em cada pessoa, contavam histórias comuns; mapear as palavras que circulavam, os afetos que se atualizavam comunicando algo de comum; além de tudo que surgia no corpo – esse potente enredador de mapas, agenciador de grafias. A cabeça pensa, o coração sente, onde os pés pisam.

5

E os agires se multiplicaram. O território nos ocupou com suas demandas (ou nossas projeções), participações em espaços de luta, em reu-

² In “O que é um dispositivo?” <http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>

niões, em fóruns sociais – os espaços se multiplicaram. Em nós, surgiu a vertigem do excedente que sempre se fazia presente. Nossas longas reuniões, supervisões clínicas, encontros de sistematização dos materiais produzidos pelos ou com os jovens, momentos de discussão teórica, trajetos pela cidade... o trânsito entre o estar no território, nas instituições, associações de moradores e retornar para sistematizar o que escutávamos reunia afetos que se multiplicavam no fazer e geravam uma sobrecarga de tempo e implicação diante do trabalho. Até à equipe foram acrescido dois integrantes – colaboradores do coletivo. A escuta devia ser nossa bússola então. Ela é que operava a união de todas essas multiplicidades, e fazia-nos plásticos. A plasticidade da escuta foi uma rede que se foi tecendo.

6

Entre as discussões no coletivo Margens Clínicas, pensar e praticar uma clínica implicada com um sofrimento naturalizado e situado geopoliticamente convocava-nos a sair de nossa zona familiar, atravessar a ponte, e escutar desde as margens da cidade – estávamos fora do consultório. Assim, nos vimos enquanto cartógrafos, no lugar de tentar reinventar constantemente a prática da escuta, na tentativa de não cairmos em lugares interpretativos que se mostrassem ocos de sentidos aos jovens com os quais nos encontrávamos. Nos perguntávamos... escuta do que? Escutar para que? O fato de partirmos desde um coletivo político vinculado à escuta da violência de Estado, e termos um convênio com o plano federal *Juventude Viva* - que tem como meta o combate ao racismo institucional -, eram forças vetores que nos influenciavam e nos atravessavam na atividade de escuta desse trabalho. Um impasse ético e político em propor a prática da cartografia em periferias da cidade se mostrava em nosso desejo de que aqueles jovens soubessem algo sobre a cultura de violência, e que pudessem saber sobre ela a partir de suas próprias experiências por meio de seus mapeamentos e narrativas. Eram esses atravessamentos recorrentes que nos faziam questionar o nosso estar ali: o que significa querer dar voz ao outro? Como construir coletivamente espaços de escuta em que possamos nos colocar nesta prática como interlocutores e não desveladores de uma realidade social?

7

As artimanhas e engrenagens da violência política se desdobram em violências epistêmicas, em abusos de poder por parte de lugares de saber voltados para a academia, em abusos de poder por parte dos oportunismos e burocracias que recheiam as metas governistas. Como não ficar à deriva frente ao oceano de efeitos dessas artimanhas? Nesse processo, remávamos escutando, assim como nosso destino era também encontrar ilhas de escuta, em meio a um oceano que afoga. A escuta era o barco para chegar à ilha, mas também a própria ilha. Nesse sentido, o buscar “fazer ver e fazer falar” que dispúnhamos nos encontros por meio das cartografias, era em função da escuta. Escutar, para buscar fazer ver a escuta, nos grupos, entre os jovens, entre nós. E não necessariamente a escuta “de situações de violência”. Mais do que escutar esses jovens enquanto sujeitos da periferia, e “naturalmente” violados entre seus direitos, nossa tentativa era de, por meio de narrativas trazidas por eles, instaurar plataformas comuns de trabalho para refletir sobre as vivências na cidade e suas decorrências. Tentar inverter a lógica de uma escuta voltada a um “sujeito subalternizado”, para pensarmos desde um lugar construído por meio da atividade de mapas que reunisse instâncias em comum nas quais fosse possível tratar sobre a subalternização enquanto um fenômeno que está geopoliticamente marcado por ter como destino a violência política. Essa era uma linha que precisávamos “desemanharar” recorrentemente no fazer, quando por vezes nos víamos presos à escuta de situações de extremo desamparo. Se a memória é como uma ilha de edição, como escreveu Waly Salomão, cabe a nós tomarmos a frente nessas plataformas de trabalho coletivamente, e colocarmos nossos corpos em jogo, nossos afetos para circularem, para que não o façam por nós.

8

Uma linha muito tênue dividia o sentido das intervenções, entre clínicas ou pedagógicas. Os conflitos e divergências, ou mesmo dúvidas e sofrimentos dos jovens, convocavam-nos ao lugar daquele que explica e não daquele que implica e se implica. Mas a escuta de casos singulares e a escuta singular dos casos era o que nos permitia tatear a complexidade das histórias e vidas que compõe o território. Nossa media-

ção visava multiplicar as possibilidades de histórias entre os jovens – a urgência de evitar a história única – fazendo ressoar as ambiguidades grupalmente. Tratava-se de cruzar experiências, as diferentes vivências e opiniões, para fazermos circular o conflito como uma possibilidade de invenção. Ou como algo que convoca à transformação.

9

O desentendimento disparava as ambiguidades, nos revelando a potência da proposta de cartografar como algo que dispõe as tensões sempre presentes no território. Essa disparidade mostrava sua dupla face: o conflito e a coexistência. Cruzar as experiências parecia ser o cartografar das linhas que nos levavam a escutar coletivamente. A escuta do outro, distinto, e, então, dos desprazeres, da intolerância, das violações. Fazer os mapas em grupo e discutir os mapas com todo o grupo era coabitar um espaço povoado pelos desacordos. Por exemplo, coabitar os fluxos... (festas nas ruas com carros de som, que reuniam muita gente) que alguns diziam serem incômodos pelo som alto, pelo uso de drogas, pela violência policial, e que outros diziam desfrutar como um espaço de lazer para conhecer gente e se divertir. Ou na potente ambiguidade que surge na imagem de um posto de saúde que uma jovem desenhava assim: “*por isso a gente pintou a palavra saúde de azul e as paredes do hospital de vermelho. A Ideia de saúde é algo bom, mas a estrutura dos serviços está ruim*”. O outro invade os lugares vazios do mapa, outro corpo é “trabalhado no terreno” coletivo.

10

Nesses processos a violência toma corpo, permeando o discurso de muitos dos jovens, as atitudes entre os colegas e seus diferentes subgrupos, nas relações familiares, nas histórias de abuso, na nossa relação com as instituições, em aspectos de nossa relação em equipe... Sentimos o impacto que seus efeitos têm em nossas vivências, em nossa escuta e em nossa implicação no trabalho em campo. Uma resistência surgia na construção de grupos-corpos. Grupos que escutávamos de chacinas e vivências de exclusão radicais, que não dizem respeito apenas a cada corpo-indivíduo separado, mas a um corpo-coletivo que podíamos elaborar. A violência que escutávamos, incorpora-se nos discursos, nos

habitos, no modo de ver o outro. Problematizar seus diversos acarretamentos, colocando o corpo em jogo, pareceu-nos uma aposta que só podia se dar entre nossos corpos e os corpos daqueles com os quais nos encontrávamos. Assim, nesse entre-corpos, há algo de um vazio. Há algo de um vazio que buscávamos encontrar para manter a escuta operando. Um vazio que é sempre um lugar a mais, frente às infinitas histórias que se pode contar a cerca de algo. Um vazio, que sempre existirá entre um corpo e outro. Desse modo, pensar dispositivos que facilitam a comunicação é trabalhar em função de uma elaboração social dessa energia que os processos de violência acarretam. A comunicação entre um eu e um outro implica num comum à ser apreendido. A qualidade de vazio, que esse comum nos revelou nesse processo, é o “abrir espaço no inferno”. Assim se dava a contradição motor desse processo de cartografar, escapar de “lugares vazios”, para encontrar vazios que pudessem se tornar lugares.

11

O piso amarelo foi um lugar que habitamos nesse processo. Uma laje que era mantida, por uma das instituições com a qual trabalhamos, como um espaço “para fazer nada”. Com os jovens, que frequentavam aquele espaço e nos acompanharam no projeto, discutíamos esse “fazer nada” enquanto uma possibilidade de encontro ali dentro, que se dava por seu caráter vazio de sentido pré-estabelecido. Esse espaço, e nossa permanência nele, teve ressonâncias para os entrecruzamentos da escuta que cartografávamos e que por fim, teve como uma das saídas uma pequena publicação em relação ao projeto. Além de conter parte dos mapas, ter perguntas que orientem reflexões sobre o território, sobre as origens, sobre problemas e qualidades do território, deixamos muitos espaços vazios, em branco, talvez para que o que “vem do nada” não deixe de ter a possibilidade de vir. Os vazios que encadeiam esse pequeno livrinho dizem dos vazios que encadearam esse pequeno projeto. Os ecos do vazio, que permeiam a escuta dizem dos murmurários que, na parcela de real que circula pelos territórios e pelos corpos, não encontra lugar para ter passagem. Como diz a poeta Cecilia Maugeri: “os zumbidos do não dito, o silêncio que rodeia as sensações que não se pronunciam mas que de algum modo, necessitamos gritar”.